

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**EUNAVFOR ASPIDES começa a
atuar no Mar Vermelho**

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 197 • 01 de março de 2024

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Navio Francês BCR Marne Destacado para a Missão da UE](#)

Por: Operação Atalanta da Força Naval da União Europeia

Fonte: Flickr

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Prof. Dr. Rafael Zelesco Baretto (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Mariana Bastos Fraguito (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)
Rafael Henrique de Almeida Bandeira Araujo (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Kaike Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (PUC-Rio)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luíza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangureira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)



Essequibo à vista: atualizações sobre a disputa

Fernanda Calado

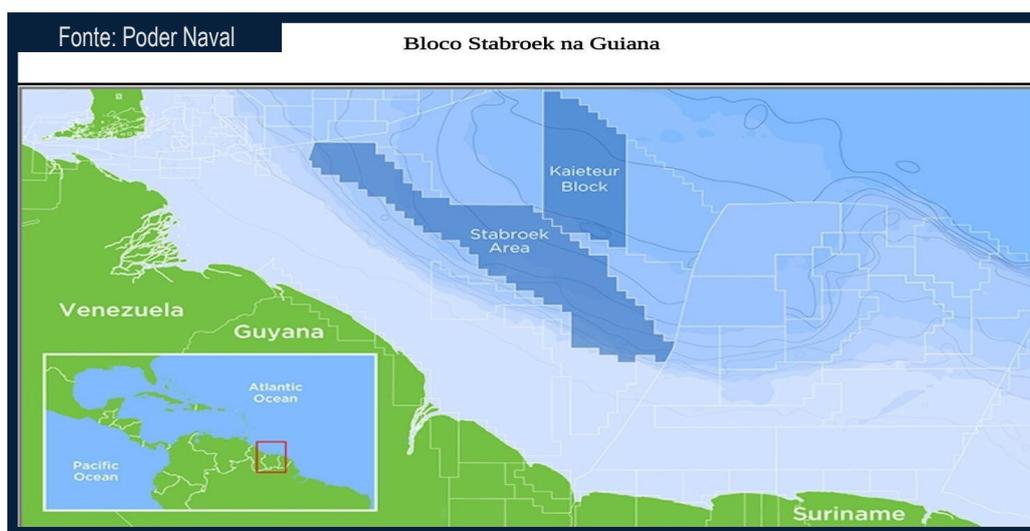
Em dezembro de 2023, a Venezuela convocou um plebiscito para definir sua soberania sobre Essequibo e, segundo Caracas, a votação contou com 96% de apoio à causa venezuelana (Boletim 193). No entanto, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) concedeu liminar contra o plebiscito do presidente Nicolás Maduro. A região em disputa totaliza aproximadamente 70% do território da Guiana, é rica em gás natural e hidrocarbonetos *offshore* e conta com a presença de empresas estrangeiras atuantes na extração desses recursos. Isto posto, indaga-se: como se encontra hoje a disputa sobre Essequibo?

Diante de um possível conflito entre Venezuela e Guiana, o Brasil tomou duas ações concretas visando à estabilidade de seu entorno estratégico na América do Sul. A primeira foi o reforço da segurança na fronteira amazônica, e a segunda foi a mediação do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, em encontro entre os chanceleres da Guiana e da Venezuela. Em 2023, as partes da contenda assinaram uma declaração conjunta, na qual se comprometeram a reconhecer as diferenças de ambos os lados, não usar a força e prosseguir com diálogo.

A Guiana aumentou a produção de petróleo para mais de 500.000 barris por dia nos últimos cinco anos, tornando-se o mais novo exportador de petróleo bruto do mundo. O governo de Georgetown, junto à empresa

estadunidense *ExxonMobil*, priorizam, em conjunto, extrair petróleo bruto e explorar as reservas de gás natural do país ainda em 2024. A *Exxon* opera o bloco de *Stabroek*, dividido entre partes ocidental e oriental. A primeira parte condensa os projetos petrolíferos da empresa; já para a oriental, Estados Unidos (EUA) e Guiana buscam, através de um cronograma conjunto, explorar alguns dos recursos de gás natural já operados pela *Exxon*.

O Ministério da Defesa avaliou no Requerimento de Informação nº2993/2023, produzido pelo órgão em dezembro de 2023, que a Venezuela possui limitações na área militar. Embora seus equipamentos militares sejam relativamente modernos, há baixa capacidade logística para apoiar missões fora do país. De acordo com o documento, o potencial de investidas externas da Venezuela é baixo. A Guiana, por outro lado, tem uma estrutura militar muito limitada e tem buscado a ajuda de atores externos, como os EUA e a Índia, para se armar minimamente. O país tem pretensões de avançar sua indústria de exploração e produção de gás antes da tendência rumo à neutralidade de carbono a nível mundial e dos apelos ao abandono dos combustíveis fósseis. Sendo parte do Entorno Estratégico Brasileiro, a crise entre Guiana e Venezuela precisa ser acompanhada de perto por parte do Governo brasileiro.



DOI 10.21544/2446-7014.n197.p05.

Novo PAC e seus impactos para a Base Industrial de Defesa

Luciano Veneu

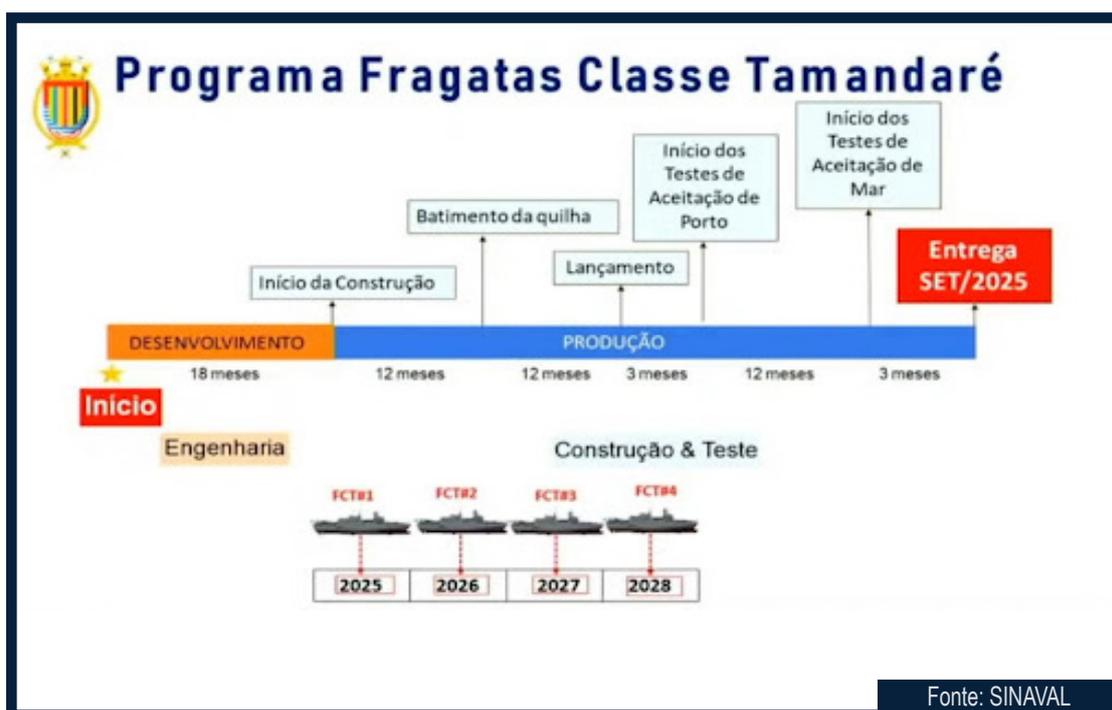
Apresentado em agosto de 2023, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), projeto desenvolvido pelo Governo Federal brasileiro e voltado para o crescimento econômico por meio do investimento em infraestrutura, contempla um aporte de aproximadamente US\$10 bilhões destinados ao Orçamento de Defesa. Dentro dessa nova política pública, destaca-se a ênfase ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID), com os projetos de aquisição das três Forças Armadas (FA) incluídos nominalmente, como o Projeto Fragatas Classe Tamandaré e os Programas Estratégicos “ASTROS” e “FX-2”, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, respectivamente. Logo, quais seriam os impactos para a BID brasileira desse novo Orçamento e, por consequência, para a capacidade dissuasória do país?

Ao analisar o PAC, encontra-se como destinatário o setor de Defesa para o investimento de US\$10 bilhões. Dessa verba, boa parte será utilizada para o fomento da BID nacional, além da manutenção dos meios já utilizados pelas Forças. Como exemplo, o Projeto Fragatas Classe Tamandaré recebe prioridade, com construção em estaleiro nacional e com a geração de cerca de dois mil empregos diretos e mais seis mil empregos indiretos. Além disso, o projeto proporciona o desenvolvimento de tecnologias autóctones, que permitirão ao Brasil maior independência do mercado internacional e aumentarão a capacidade dissuasória do país. Ademais, fornecerá

um meio naval de capacidades atualizadas à Força, renovando-se a Frota de Superfície. Todos os projetos de modernização supracitados contemplados pelo PAC têm em comum o desenvolvimento da BID nacional, com a produção em território brasileiro e destinada à utilização no serviço ativo das FA.

Com os investimentos focados em programas de transferência de tecnologias estrangeiras e no aumento da produção tecnológica nacional, a BID se expande para capacitar os meios de combate do país, permitindo aquisições e desenvolvimento bélico sofisticados. Ademais, ela pode permitir, futuramente, a exportação desses produtos, gerando renda e empregos no Brasil. Portanto, o aporte financeiro proporcionado pelo novo PAC permitirá o incremento da capacidade dissuasória das FA de forma geral, com tecnologias atualizadas às novas demandas de combate do século XXI, melhorando o estado de prontidão das FA brasileiras e a afirmação do país como produtor de material bélico.

Logo, observa-se a importância do PAC para o desenvolvimento da BID nacional, com produtos autóctones, geração de empregos e potencial econômico e político de futuras vendas no mercado de Defesa internacional. Além disso, a possibilidade do incremento da capacidade dissuasória poderá permitir ao país buscar seus objetivos estratégicos de forma mais autônoma e independente de atores externos.



Fonte: SINAVAL

DOI 10.21544/2446-7014.n197.p06.

As novas parcerias transatlânticas dos Estados Unidos da América

Luísa Barbosa Azevedo

As relações entre os Estados Unidos (EUA) e a sub-região da África Subsaariana tem se destacado principalmente pela assistência humanitária e por políticas reativas à presença de potências exógenas, como China e Rússia. Entre 21 e 26 de janeiro de 2024, o Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, esteve em visita a Angola, Cabo Verde, Costa do Marfim e Nigéria. Entre os principais temas estavam o investimento em infraestruturas e o transbordamento da insurgência de grupos extremistas do Sahel para os países costeiros. Nota-se que os países visitados fazem parte da Parceria para a Cooperação Atlântica, iniciativa estadunidense lançada em setembro de 2023. Questiona-se, portanto, a abordagem do governo estadunidense quanto à expansão das parcerias transatlânticas na costa africana.

A visita do Secretário de Estado explicita dois eixos de atenção estadunidense na sub-região. Em primeiro lugar estão os significativos investimentos em infraestrutura, como em Angola e Cabo Verde. No arquipélago, a modernização do Porto da Praia foi feita através do financiamento do *Millennium Challenge Corporation*, agência de desenvolvimento econômico global dos EUA. Em seu terceiro pacote de financiamento, o país insular recebeu cerca de US\$ 150 milhões para infraestrutura portuária, de água e de saneamento, assim como foi apontado para a criação de um programa de integração regional na África Ocidental. No caso de Luanda, o maior investimento estadunidense em infraestrutura no continente africano — cerca de US\$ 250 milhões — está no Corredor Ferroviário de Lobito, de ligação até as minas de cobalto e cobre da República Democrática

do Congo e da Zâmbia. Por outro lado, tem-se a preocupação quanto ao transbordamento da violência de grupos extremistas do Sahel para os países da costa atlântica ocidental. Na Costa do Marfim e na Nigéria, o foco da atual administração estadunidense está na assistência militar para segurança regional, com planos da instituição de uma base aérea com especialidade em veículos aéreos não tripulados (UAV, na sigla em inglês).

Nesse contexto, a busca por novas parcerias na costa atlântica africana acompanha princípios de governança democrática, prevenção de conflitos e investimento em infraestrutura. A nova Parceria para a Cooperação Atlântica, de liderança estadunidense, surge como fórum de cooperação para problemas compartilhados, como mudanças climáticas, pirataria marítima, pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), crimes transnacionais e proteção de cabos submarinos. O oceano Atlântico, nesse contexto, é um espaço a ser explorado em uma nova abordagem de colaboração e desenvolvimento econômico sustentável, especialmente para os países africanos.

A cooperação transatlântica torna-se, então, parte de uma abordagem recente do governo de Joe Biden para os Estados africanos. Existem possibilidades para uma nova dimensão de cooperação, especialmente em questões marítimas. Assim, o Brasil, como importante ator regional de cooperação no Atlântico Sul, especialmente por integrar as ZOPACAS, é um parceiro chave para o funcionamento dessa iniciativa.



Estopins para a saída de Burkina Faso, Mali e Níger da CEDEAO

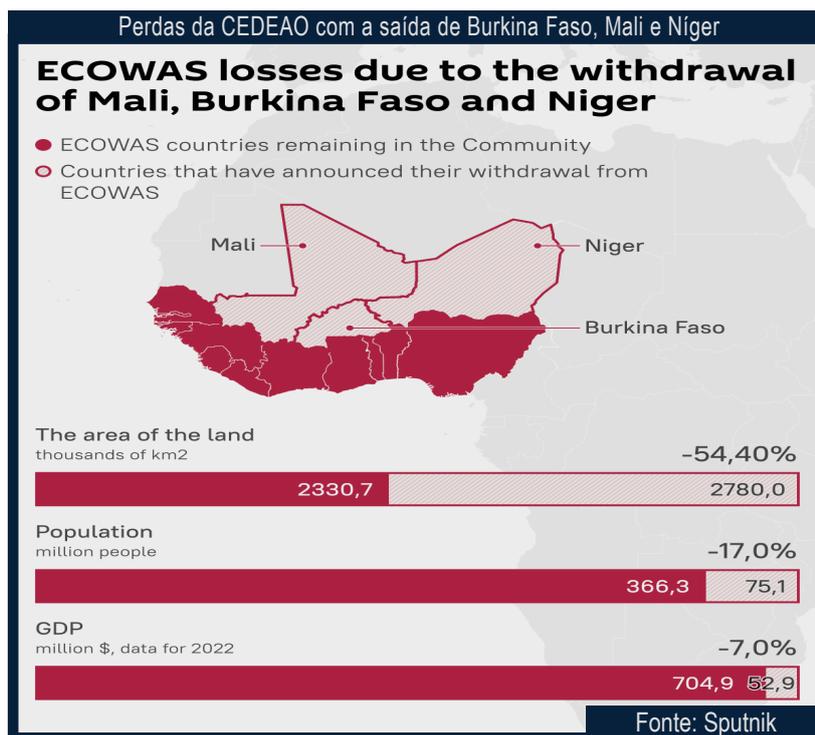
Carolina Vasconcelos

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi criada em 1975, a partir do Tratado de Lagos, e possui como objetivo fomentar a cooperação e a integração entre os países-membros, alcançando o progresso e o desenvolvimento no continente. Entretanto, nos últimos anos, Mali, Burkina Faso e Níger encontravam-se suspensos da Organização devido a golpes militares, respectivamente, em 2021, 2022 e 2023, causando tensões entre esses países e a CEDEAO, que lhes impôs sanções até que fornecessem um calendário para o regresso ao regime constitucional. Nesse contexto, ao invés de ir ao encontro das medidas requeridas, eles fortaleceram os laços entre si e criaram uma nova aliança militar denominada Aliança dos Estados do Sahel (AES), a qual se caracteriza como um pacto de defesa mútua. Mas, afinal, o que levou tais países a romper com um dos pilares da Comunidade Econômica Africana?

Primeiramente, as apreensões da CEDEAO com relação aos países iniciaram-se com golpes nos últimos anos. Nesse contexto, como resposta, a Comunidade aplicou sanções como a suspensão de auxílios financeiros, alimentares, médicos e militares aos países, até que retornassem ao regime democrático. Todavia, os líderes militares alegavam que, para organizar as eleições, seria necessário restaurar a segurança regional, uma vez que

os três países possuem insurgências ligadas à Al Qaeda e ao Estado Islâmico na região do Sahel ([Boletim 194](#)). Diante dessa postura, tais países afastaram-se de sua antiga metrópole (França) e reforçaram suas relações com a Rússia, que lhes ofereceu apoio militar contra as ameaças jihadistas. Nesse contexto, os três países alegaram que a CEDEAO estaria sendo influenciada por potências externas, afastando-se dos seus ideais fundadores, que corroboram para o pan-africanismo, sendo que em realidade a Organização vem tomando medidas para conter um retrocesso democrático na África Ocidental.

Assim, diante de fatores econômicos, ideológicos, militares e políticos, Burkina Faso, Mali e Níger solicitaram conjuntamente, por meio de um comunicado, sua saída da Comunidade após 49 anos. No final de fevereiro, os três países enviaram uma notificação formal para sua retirada da Comunidade. Apesar disso, a CEDEAO continua empenhada em negociar uma solução para o presente impasse, inclusive aliviando as sanções contra Mali e Níger, buscando mantê-los no bloco. Por fim, como o Tratado de Lagos estipula um aviso prévio de saída de um ano aos Estados, a retirada oficial poderá ocorrer em 29 de janeiro de 2025, devendo os países continuar a cumprir as suas disposições nesse período.



Um olhar sobre a Estratégia Indo-Pacífica francesa

Rafaella Caporazzo

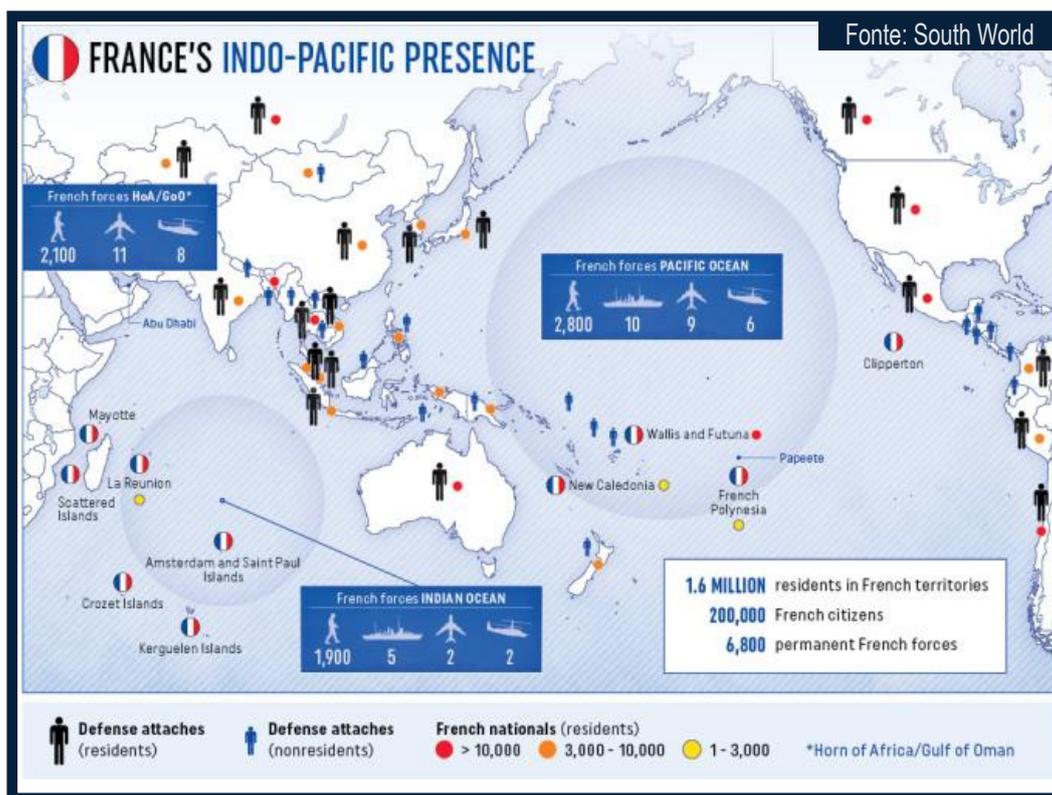
A França — detentora da segunda maior Zona Econômica Exclusiva do mundo — tem se mostrado cada vez mais relevante no Indo-Pacífico. Em fevereiro de 2024, foi confirmada a participação da Marinha francesa nos exercícios militares conjuntos de “Balikatan”, que devem ocorrer no próximo mês de abril e se concentrar em áreas do extremo norte das Filipinas, perto de Taiwan. Nos últimos anos, Paris tem enfatizado a identidade francesa como uma nação “indo-pacífica” ao estabelecer acordos e relações bilaterais e multilaterais com outras potências da região. Isso posto, quais os impactos dessa aproximação para as Forças Armadas (FA) francesas?

Em dezembro de 2023, consistentemente com os interesses de segurança e defesa das Filipinas e da estratégia francesa no Indo-Pacífico, o secretário de Defesa Nacional das Filipinas e o ministro francês das FA se reuniram para renovar seu compromisso em aprofundar as relações bilaterais de Defesa, por meio da assinatura de uma Carta de Intenções. Esse encontro representou um grande desenvolvimento não só nas relações franco-filipinas, mas também na posição francesa no território como um todo. A partir dele, ambos os países colocaram em pauta tratados mais abrangentes, como um Acordo de Forças Visitantes

(VFA), que poderia contar com a presença das forças francesas em território filipino. Apenas quatro outros países — Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão — estão em processo de obtenção ou já têm esse tratado com as Filipinas, o que representa um marco para o estreitamento de laços por parte da nação europeia.

Além do treinamento conjunto e exercícios que demonstram solidariedade com as Filipinas, que tem enfrentado uma situação de segurança complexa com a China, Paris tem demonstrado cada vez mais apoio direto a Manila. Ao participar dos acordos de Defesa, ampliou suas relações com os países aliados e estabeleceu uma estratégia francesa na região “baseada em engajamento diplomático e militar”, segundo o presidente Emmanuel Macron.

Assim, ao observar os avanços da estratégia indo-pacífica francesa, compreende-se que a França é um *player* importante na região e se beneficia da força militar e da convergência de interesses, principalmente no caso das Filipinas. Sob outro viés, considerando a estratégia e os investimentos militares franceses, a influência da nação pode assumir um papel estratégico maior no futuro, aumentando paulatinamente sua relevância no Indo-Pacífico.



EUNAVFOR ASPIDES começa a atuar no Mar Vermelho

Melissa Rossi

No dia 08 de fevereiro, o Conselho da União Europeia aprovou a “EUNAVFOR ASPIDES”, uma nova missão naval que tem como objetivo garantir a livre navegação no Mar Vermelho, no Golfo de Áden, no Mar Arábico, no Golfo de Omã e no Golfo Pérsico contra os diversos ataques dos rebeldes xiitas houthis e outras ameaças a embarcações que vêm ocorrendo na região desde outubro de 2023 ([Boletim 195](#)). No dia 19 de fevereiro, a missão “ASPIDES” iniciou suas operações, com seu quartel-general localizado em Larissa, na Grécia. Quais seriam alguns dos objetivos e desafios da missão?

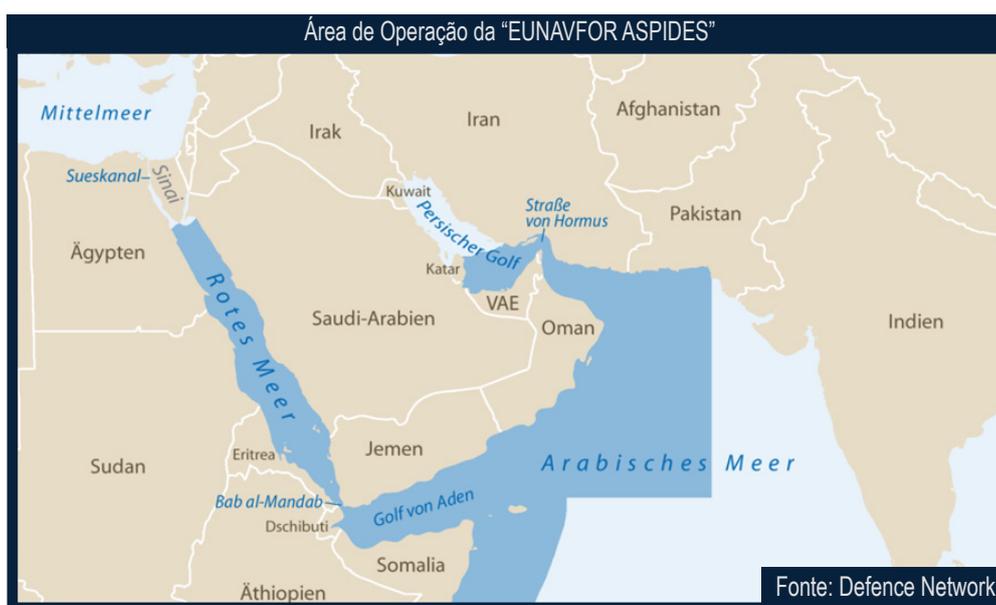
Primeiramente, é importante lembrar que qualquer missão militar europeia deve ser aprovada por voto unânime dos 27 Estados membros e, para tal, a “ASPIDES” exigiu grande poder de persuasão diplomática das nações mais interessadas. Muitos países, como a Espanha, estavam relutantes em participar de uma ação que poderia ser vista como apoio a Israel, já que os houthis se projetam na região como defensores do povo palestino.

Contudo, o contexto legal reiterado pela “ASPIDES” é claro, baseando-se na resolução 2722 (2024) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que condena fortemente os ataques houthis contra embarcações comerciais, exigindo o respeito do direito internacional marítimo. Em outras palavras, a preocupação da missão é assegurar

a livre circulação do comércio marítimo, sem intenções de se envolver em conflitos da região. A União Europeia (UE), em particular, tem interesse urgente em manter essas vias marítimas livres, visto que 40% de seu comércio com a Ásia passa pelo Mar Vermelho. Com isso, a missão irá contribuir para a manutenção da segurança na região ao promover maior dissuasão contra os ataques houthis, demonstrando um caráter defensivo e de promoção da consciência situacional marítima.

O desafio posto é a complexidade operacional da missão, que terá que aprender rapidamente a coordenar suas ações com outras missões navais, incluindo a “EUNAVFOR ATALANTA”, e as diversas forças-tarefa que fazem parte das Forças Marítimas Combinadas, sob o comando dos Estados Unidos. É importante citar que a Marinha do Brasil se encontra na mesma região, no comando da Força-Tarefa 151, em ações antipirataria.

Em suma, fica evidente o compromisso da UE em promover e manter a paz e a estabilidade nas rotas marítimas em torno da Península Arábica, com particular atenção à dissuasão dos ataques marítimos houthis, com o desdobramento de tropas e ativos na área e, ao mesmo tempo, tentando projetar uma posição neutra em relação a conflitos regionais.



A teia da crise migratória no Mediterrâneo e as tentativas de solução

Pedro Nobre Vecchia

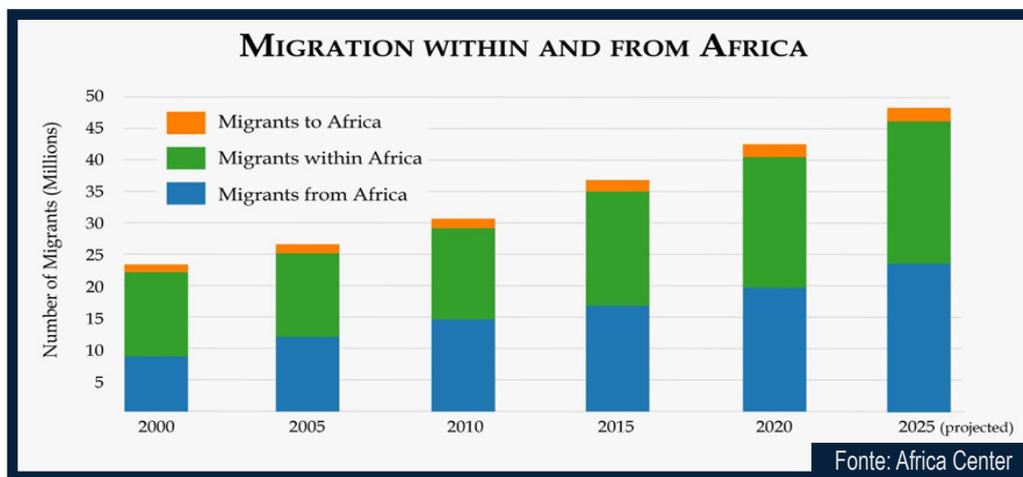
A crise migratória no Mar Mediterrâneo segue como um dos principais *hotspots* do cenário internacional. A Organização Internacional para as Migrações afirma que, em 2023, pelo menos 2.200 pessoas morreram na travessia da região. Os números, crescentes, somando-se a uma série de conflitos internos vivenciados pela Líbia nos últimos anos. Analisar-se-á, portanto, o motivo pelo qual essa rota é visada até hoje e quais as principais medidas tomadas para conter esse fato.

A posição geográfica da Líbia, com acesso direto ao Mar Mediterrâneo e a uma distância relativamente menor até o continente europeu, chama a atenção de migrantes em busca de melhores condições de vida. Porém, a Líbia vivencia uma crise institucional desde a morte de Muammar Kadhafi, que governou o país por 42 anos, sendo morto em 2011. A região leste do país é administrada por Khalifa Hafter, enquanto Trípoli, capital reconhecida pela ONU, é comandada por Fayez al-Sarraj. A falta de autoridade central favorece o enfraquecimento do Exército nacional e afasta aliados internacionais, de modo que a passagem de migrantes pelo território líbio é facilitada, e o controle e a coordenação para ajuda dos necessitados por parte da Líbia sejam baixos. A complexidade também aumenta pelo fato desse país considerar esses migrantes como criminosos

pela falta de registros oficiais de entrada e saída no país. Quando são abordados pelas forças estatais no cruzamento do Mediterrâneo, em maioria são presos por ferir as leis nacionais.

Países europeus, por sua vez, estão promovendo projetos de incentivos econômicos à região africana. O governo italiano anunciou um plano que visa a cooperação e desenvolvimento na captação de gás natural para fornecimento de energia renovável para a Itália, em troca de investimentos nas áreas de educação, saúde, água e energia. O Plano Mattei, como é chamado, ainda precisará de parcerias da comunidade europeia, mas aparenta ser a principal forma de solucionar o problema dos refugiados que desembarcam no continente europeu, pois auxiliará no fomento da economia dos Estados africanos e, futuramente, na diminuição do fluxo migratório entre os continentes.

Em suma, a crise migratória na Líbia é agravada por sua posição estratégica e a falta de autoridade central devido a conflitos internos. Enquanto isso, a comunidade europeia apresenta projetos de possíveis soluções por meio de cooperação econômica, visando ao desenvolvimento sustentável na África para reduzir a pressão migratória a longo prazo.



DOI 10.21544/2446-7014.n197.p11.

RÚSSIA & EX-URSS

Os novos desafios do *downstream* russo na encruzilhada euroasiática

Luiza G. Guitarrari

Desde a eclosão do conflito russo-ucraniano, a Federação Russa tem experimentado novas dinâmicas atreladas à distribuição e à comercialização de petróleo e gás. Embora a maior parte das exportações de petróleo e derivados da Rússia estejam sob sanções ocidentais ([Boletim 168](#)), o ex-Estado soviético ainda é

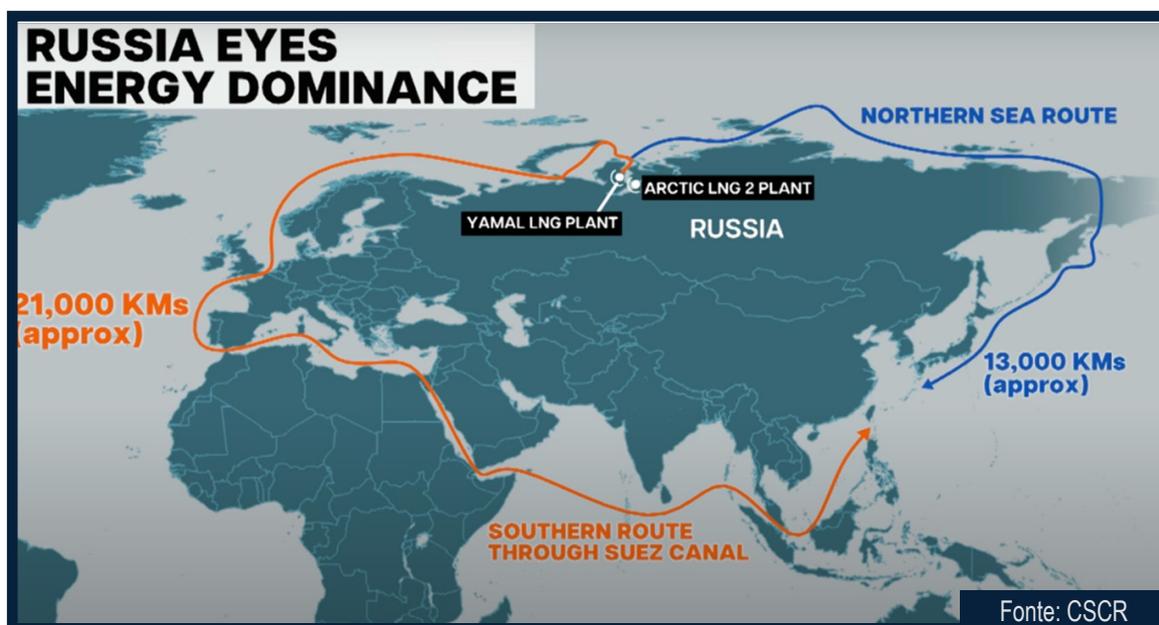
considerado o segundo maior produtor global de petróleo. Para 2024, o Ministério de Energia da Rússia estima um novo crescimento da produção dos hidrocarbonetos, cujo volume ofertado será orientado para mercados em África, América do Sul e Ásia, no esforço de manter a reorientação de suas exportações (hoje 80% para Ásia,

mantendo 5% de petróleo e 15% de gás para Europa, dado que seus dutos não estão sob sanções). Nesse contexto, quais serão os desafios que o *downstream* russo deve enfrentar para a comercialização desses recursos energéticos em 2024?

O escoamento tem encontrado dificuldades devido aos novos ataques de drones ucranianos às refinarias russas entre janeiro e fevereiro, que provocaram paradas não programadas nas instalações. Conseqüentemente, foi registrada a contração de 90 mil barris das exportações de petróleo bruto a partir do porto de Ust-Luga, no Mar Báltico. Mais a leste, autoridades portuárias sul-coreanas detiveram, no porto de Yeosu, 12 navios-tanque, com 15 milhões de barris de petróleo russo com destino à Índia. Caso não liberados, há riscos associados à redução das importações das refinarias indianas, vide um possível aumento dos preços de fretes e atrasos no fornecimento do produto.

Por outro lado, no mercado de gás, o escoamento do hidrocarboneto deve sofrer novas restrições para consumidores remanescentes no Leste Europeu. No início do ano, a Ucrânia manifestou que não renovará o contrato de trânsito de gás russo por meio de gasodutos existentes em seu território, com vigência até dezembro de 2024. Por sua vez, no mercado asiático o principal gargalo está na morosidade do desenvolvimento de terminais de GNL (gás natural liquefeito), a exemplo do *Arctic LNG 2* ([Boletim 188](#)), sob sanções dos Estados Unidos, e a expansão do gasoduto *Power of Siberia 2*, sem previsão para acordo de compra com a China.

Observa-se, então, que ainda que a expansão e a diversificação de mercados estejam na estratégia russa, há possíveis restrições à sua cadeia de distribuição, seja em outras regiões ou no remanescente mercado europeu, que talvez possam afetar o ritmo pretendido de crescimento da produção.



DOI 10.21544/2446-7014.n197.p11-12.

LESTE ASIÁTICO

Centralização e modernização: o novo comando operacional das Forças de Autodefesa do Japão

Thomas Dias Placido

Após a derrota nipônica na Guerra do Pacífico (1941-1945), o Exército e a Marinha Imperiais do Japão, bem como seus ministérios e o Estado-Maior, foram desmantelados pelas autoridades de ocupação estadunidenses. Nesse sentido, a estrutura militar-imperial nipônica, que resguardava certa sinergia administrativa, foi sistematicamente abolida pela burocracia do pós-guerra através da criação dos três ramos das Forças de Autodefesa (FAD). Entretanto, em 2025 o panorama poderá se modificar, uma vez que o governo japonês

pretende implantar o mais novo Comando Operacional Conjunto das FAD. Assim, questiona-se: como a implantação dessa nova arquitetura administrativa pode impactar a estratégia de segurança e a atuação japonesa no seu entorno estratégico?

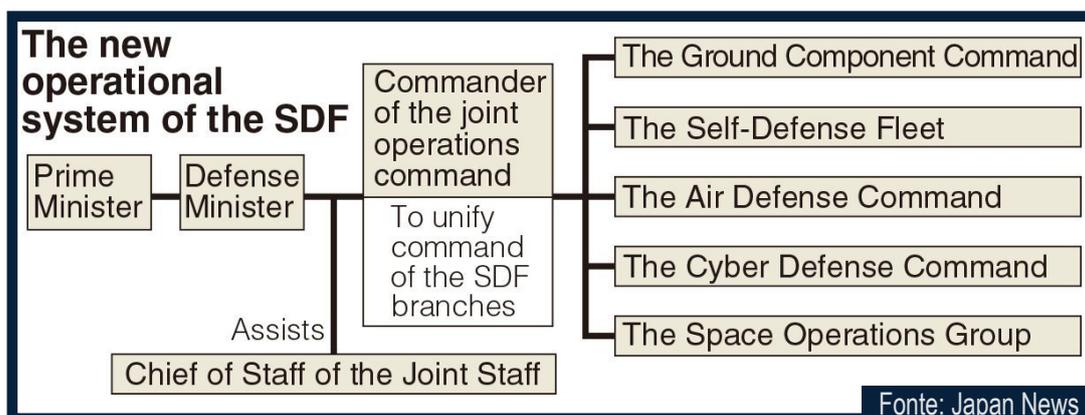
Primeiramente, a estrutura desempenha dois papéis: centralizar a gestão das FAD nos ramos de defesa marítima, aérea e terrestre e fortalecer a coesão com seu principal parceiro estratégico, os Estados Unidos (EUA). Portanto, o primeiro ponto vem da necessidade de

quebrar mecanismos burocráticos das FAD, que possuem sistemas de comando independentes e dificultam a coordenação entre as divisões de defesa. De acordo com a nova Estratégia de Segurança Nacional ([Boletim 175](#)), torna-se imprescindível integrar organicamente os programas de ciberdefesa, espacial e eletromagnético nipônicos com as FAD, justificando, por exemplo, o discurso normativo do Japão representado pelo slogan liberal *Free and Open International Order* (“Ordem Internacional, Livre e Aberta”, FOIO em inglês), em contraste às operações militares chinesas, nortecoreanas e russas.

Nesse sentido, o comando de operações conjuntas também serve como pilar para uma maior coordenação regional com o Comando Indo-Pacífico dos EUA (INDOPACOM, em inglês). Em consonância com o FOIO, a comunicação entre as duas estruturas será facilitada pela inserção de um comandante permanente na sede, responsável por coordenar as operações com sua contraparte do INDOPACOM. Isto posto, nota-se

que a aliança nipo-estadunidense pode usufruir de maior mobilidade operacional em regiões estratégicas no Mar da China Oriental – particularmente em Taiwan e na província de Okinawa –, como demonstrado nos exercícios militares “Keen Edge 24” realizados no início de fevereiro.

Diante do exposto, a instauração dessa nova arquitetura administrativa representa um marco estratégico para o Japão, potencialmente elevando suas postura defensiva e influência no contexto da Ásia-Pacífico. Além de fortalecer a eficiência operacional interna, essa mudança sugere uma adaptação às crescentes tensões geopolíticas e à dinâmica de segurança do século XXI, antecipando um papel mais assertivo do Japão nas questões regionais. Entretanto, mesmo que esse avanço facilite uma resposta mais coesa e rápida às crises, promove-se uma modernização indesejada pela vizinhança japonesa, o que simboliza mais um passo na remilitarização do arquipélago.



DOI 10.21544/2446-7014.n197.p12-13.

SUL DA ÁSIA

A Crescente Cooperação Índia-Rússia e seus desdobramentos estratégicos

Lucas Mitidieri

Durante uma coletiva de imprensa em 27 de dezembro de 2023, os Ministros de Relações Exteriores da Índia e da Rússia anunciaram o estabelecimento de uma nova rota marítima entre as cidades de Chennai e Vladivostok, além de terem sido discutidos planos para a produção conjunta de equipamentos militares. A conferência foi marcada pela convergência em direção à expansão da cooperação estratégica entre os dois países, que atingiu um novo máximo de US\$ 50 bilhões em 2023. Desse modo, questiona-se como esta crescente aproximação pode se desdobrar, e quais impactos ela gera para os Estados Unidos (EUA).

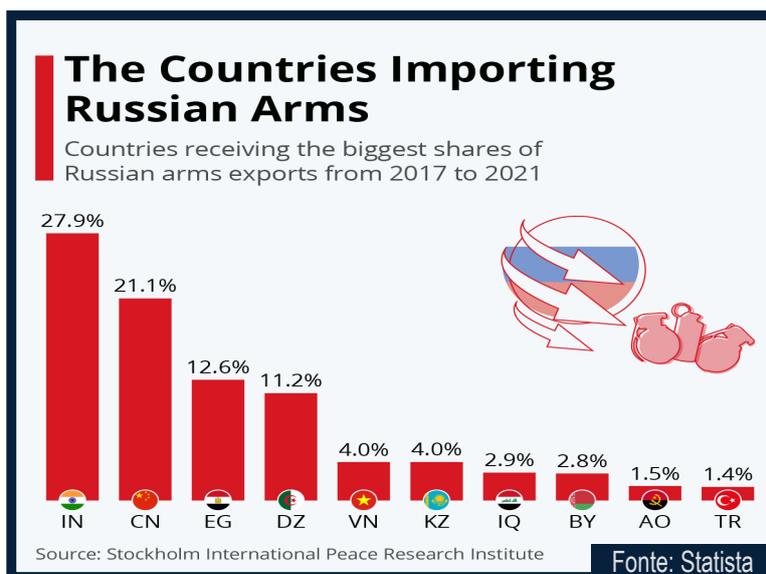
A histórica relação Índia-Rússia possui uma grande importância geopolítica e está diretamente relacionada

ao equilíbrio de poder da região ([Boletim 165](#)). Após a invasão russa à Ucrânia, a Índia desempenhou um papel fundamental ao mitigar os efeitos das sanções internacionais sobre a Rússia, alcançando um recorde de US\$ 37 bilhões em compras de petróleo bruto russo em 2023. Apesar disso, as exportações para a Índia sofrem com interferências de nações aliadas ao Ocidente, como no caso de janeiro de 2024, no qual 14 navios-tanque russos foram detidos na costa da Coreia do Sul. Além de auxiliar a Rússia durante o conflito, essa compra permitiu à Índia refinar e exportar produtos petrolíferos. Segundo o ministro indiano, essa relação é a “única constante na política mundial” ao longo das últimas seis décadas, mesmo que desagrade a Pequim e Washington.

Da perspectiva estadunidense, a Índia é um parceiro estratégico para a política de contenção chinesa e, portanto, Washington almeja uma política externa indiana alinhada à política ocidental. Quando, em 2023, a Rússia atrasou a entrega de equipamentos militares devido ao conflito com a Ucrânia, a Índia voltou-se ao Ocidente para preencher as lacunas deixadas. O país recorreu aos EUA para o fornecimento de 73.000 fuzis de assalto *Sig Sauer*, além de negociar caças *Dassault Rafale* da Marinha francesa para os porta-aviões indianos INS “Vikrant” e INS “Vikramaditya”, em substituição aos MiG-29 russos, também sujeitos a atrasos. Ou seja, o enfraquecimento das relações Índia-Rússia não só

interessa aos EUA para um maior isolamento russo, como também para aproximar a Índia ainda mais do Ocidente.

Em resumo, a visita do Ministro de Relações Exteriores indiano à Rússia reitera a sustentação de uma relação estratégica e mutuamente benéfica crucial para o projeto político indiano de expansão de seu poderio militar. Apesar das dificuldades enfrentadas em meio ao conflito entre Rússia e Ucrânia e da pressão estadunidense pelo isolamento russo, a Índia mantém seu princípio de não alinhamento e assume os riscos — e os benefícios — de uma complexa rede de alianças.



DOI 10.21544/2446-7014.n197.p13-14

Cooperação Sino-Paquistanesa e o Tabuleiro da Ásia Meridional

Eduardo A. Mangueira

No final de janeiro deste ano, a visita do vice-ministro do exterior chinês Sun Weidong ao Paquistão foi uma demonstração da cooperação entre os dois países. Além de sua participação em conversas do encontro de revisão do Corredor Econômico China-Paquistão (CECP) — grande projeto de infraestrutura a ser realizado sob a égide da Iniciativa Cinturão e Rota ([Boletim 188](#)) —, tal visita levou a falas com líderes políticos paquistaneses e tocou em temas de segurança. Qual é a relevância do CECP, e da cooperação sino-paquistanesa em geral, para o tabuleiro geopolítico do Sul da Ásia?

Pequim é atualmente a aliada mais importante de Islamabad, tanto econômica quanto militarmente. O CECP é um conjunto de projetos de infraestrutura — um investimento chinês de US\$ 62 milhões — visando à integração regional e à conexão da região ocidental de Xinjiang com o Mar Árabe, a partir do Porto de Gwadar, localizado no Baluchistão. No entanto, tal operação encontra um percalço na resistência local que, através de ataques, buscou repelir a presença chinesa na região.

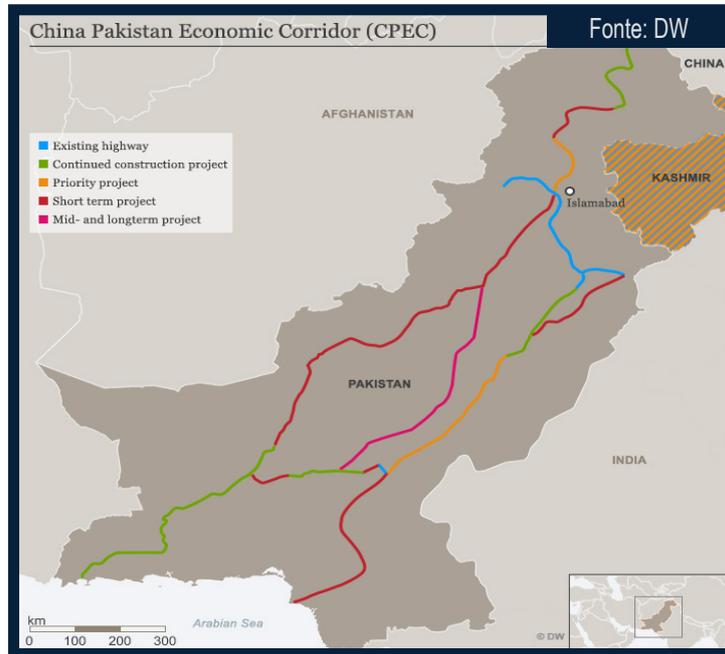
Em questões de segurança, é notória a intensificação da cooperação entre os dois países, principalmente no âmbito naval: para além do aumento da venda de armas, a realização de exercícios navais ([Boletim 194](#)) indicam uma vontade de aumento de influência conjunta na região do Oceano Índico. Esta parceria é significativa ao objetivar a contenção da Índia — arquirrival paquistanesa e rival regional da China —, e percebe-se seu recrudescimento conforme Islamabad corre para se equiparar militarmente à Nova Delhi, que, apesar de buscar revitalizar suas capacidades de maneira independente, ainda precisa de parcerias estratégicas como a Rússia, especialmente no que tange a troca de tecnologia militar. E, enquanto peça-chave da estratégia dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico, Nova Delhi possui em Washington uma parceria estratégica impactante para sua projeção na região, que considerada sua área de influência.

O Paquistão passa por uma recessão severa e uma crise política, que resultou em uma das eleições mais turbulentas da história do país, ocorridas no início de fevereiro. Nesse estado fragilizado, a esperada escolha

de Shehbaz Sharif — participante ativo da criação do CECP — para o posto de primeiro-ministro possibilita à China o exercício de considerável influência no país.

Assim, a parceria sino-paquistanesa é imperativa para a expansão da influência chinesa no Sul da Ásia e no Indo-Pacífico como um todo, assim como para a

proteção paquistanesa contra uma Índia militarmente superior. Essa tentativa de influência chinesa a partir da região de Gwadar possibilitada pela CECP, ao entrar na esfera de influência indiana no Oceano Índico, leva a um aumento de tensões na região.



DOI 10.21544/2446-7014.n197.p14-15.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

O avanço na fronteira estratégica: a quinta estação chinesa na Antártica

Gabriela Paulucci da Hora Viana

No dia sete de fevereiro de 2024, a China inaugurou sua quinta estação de pesquisa na Antártica. Este recente avanço em uma de suas principais fronteiras estratégicas faz com que o país possa preencher uma janela imprescindível em sua capacidade de acessibilidade ao sexto continente. A denominada Estação *Qinling*, operada pelo experiente Instituto de Pesquisa Polar da China, é a terceira estação chinesa capaz de operar durante todo o ano. Isto posto, em qual medida a construção de mais uma estação polar fortalece a presença chinesa no sexto continente?

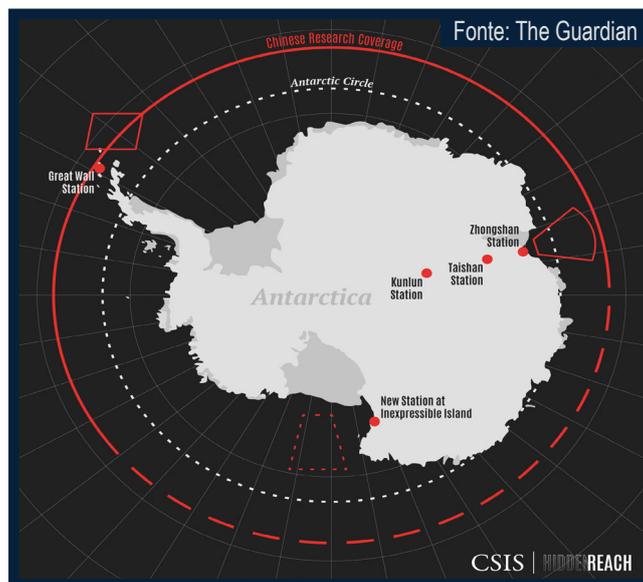
Qinling foi construída em um lugar ímpar na Antártica. Localizada no Mar de Ross, a nova base chinesa facilita estrategicamente o apoio logístico, a circulação de contingentes e a operacionalidade de funções produtivas. Outro ponto relevante é estar situada em frente ao arco do Pacífico, que não detém muitos pontos de estrangulamento. Este importante instrumento de apoio é capaz de fortalecer a influência chinesa no território antártico, resguardada por seus dois navios quebra-gelo e estimulada pela diplomacia polar ativa do país.

O aumento operacional chinês soma-se ao crescimento expressivo da exploração de pescados (especialmente o krill); e à forte influência do Estado chinês no Sistema do Tratado da Antártica (STA), sobretudo por vetar as principais decisões de proteção ambiental, impedindo a criação de novas áreas marinhas protegidas ao redor do continente. Esse conjunto de empreendimentos político-ambientais colocam em xeque a robustez do STA, além de fragilizar a tomada de decisões na concertação diplomática do Sistema. Ademais, algumas questões são levantadas em relação a um possível uso dual da estação. Por ficar perto da Estação *McMurdo*, dos Estados Unidos (EUA), e ao sul da estação australiana, alguns pesquisadores temem que sua posição poderia permitir que a China intercepte sinais de inteligência da Austrália e da Nova Zelândia, aliadas dos EUA.

Os impactos do aumento da desconfiança alargam-se para além das dinâmicas das políticas chinesas no continente gelado. A reverberação geopolítica que esse avanço chinês possui na governança global, juntamente com a preocupação no acúmulo de

vantagens comparativas que o país vem obtendo, pode ser crucial e determinante para os países reivindicantes, sobretudo com uma possível revisão do Tratado da Antártica (1959), que pode acontecer em 2048. Por fim, a

ampliação, a dinamização e a fortificação das áreas de atuação chinesas no continente austral constituem uma ponte inédita para novas fronteiras políticas, tecnológicas e geográficas para o país na Antártica.



DOI 10.21544/2446-7014.n197.p15-16.

TEMAS ESPECIAIS

Os riscos do uso da IA e os avanços na sua regulamentação pela UE

Raquel Spiri

Ferramentas de Inteligência Artificial (IA) vêm causando debates no que se refere a possíveis riscos, mesmo que não avancem no mesmo ritmo que as IA. Sabe-se que a Comissão Europeia, desde 2021, sugere que a regulamentação da IA se torne pauta nas discussões da União Europeia (UE). Mas, foi apenas recentemente que o Conselho da UE aprovou com unanimidade a Lei de Regulamentação da Inteligência Artificial (*AI Act*, em inglês), o primeiro regulamento abrangente sobre IA no mundo, responsável por estabelecer regras para a utilização de sistemas de inteligência artificial na UE ([Boletim 186](#)). O *AI Act* foi elaborado considerando uma abordagem baseada em risco, com atenção àqueles considerados de “alto risco”.

Inferese que são dois os sistemas de IA considerados de alto risco: 1) A IA destinada a ser utilizada como produto (ou componente de segurança de um produto) abrangido por legislação específica da UE, como aviação civil, segurança de veículos, equipamento marítimo, entre outros; e 2) Os sistemas de IA, tais quais os sistemas de identificação biométrica remota, IA utilizada como componente de segurança em infraestruturas críticas e a IA utilizada na educação, no emprego, entre outros.

Mas, de que maneiras a IA pode representar uma ameaça a diferentes estruturas? Deve-se notar que a capacidade do uso da IA para analisar padrões e evitar sua própria detecção em diferentes sistemas aumentou

a sofisticação das suas operações recentemente, assim como os danos potenciais que ela pode infligir. Ademais, esse tipo de tecnologia permite a produção de conteúdo com sonoridade humana, desenvolvido para enganar e manipular alvos. Esse método representa uma evolução acentuada em relação às tentativas de *phishing* – técnica de ataque cibernético – vistas até hoje.

Sistemas que utilizam reconhecimento facial e o *deep fake* (técnica que combina um vídeo pré-existente com uma fala humana gerada artificialmente), por exemplo, também foram considerados nas discussões sobre regulamentação da IA enquanto possíveis riscos. Nestes casos de sistemas que reconhecem e simulam o rosto e a fala humana, a Comissão Europeia estabeleceu a obrigatoriedade de transparência do conteúdo produzido, identificando-o como produto de IA.

Na medida em que diferentes atores se tornam mais aptos a aproveitar o rápido desenvolvimento tecnológico, entende-se que a comunidade internacional deve estar à altura desse desafio, reforçando suas defesas e promovendo a colaboração para se proteger contra ataques cibernéticos possibilitados pela IA. A União Europeia deu um passo importante ao demonstrar preocupação com o avanço da Inteligência Artificial, considerando a tecnologia como mais um elemento do ciberespaço e da geopolítica.

DOI 10.21544/2446-7014.n197.p16.

- ▶ [Two Years After Russia Invaded Ukraine: Q&A with RAND Experts](#)
THE RAND BLOG.
- ▶ [The United States' Missed Opportunity in Latin America](#)
FOREIGN AFFAIRS, Shannon K. O'Neil.
- ▶ [Governing Gaza After the War: The Regional Perspectives](#)
CARNEGIE, M. Muasher, A. Hamzawy, R. Ji, MH. Ali, E. Al-Ketbi, Y. Farouk.
- ▶ [Transatlantic China Policy: In Search of an Endgame](#)
RUSI, Ben Bland, Andrew Cainey, Philip Shetler-Jones.
- ▶ [Navigating the Depths: The Strategic Battle to Secure Undersea Cables](#)
THE NATIONAL INTEREST, Nima Khorrami.

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: José Ricardo Araujo e Maria Fernanda Császár

MARÇO

Principais eventos de 01 a 17 de Março

01



IRÃ
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

04-06



AUSTRÁLIA
CÚPULA ESPECIAL
ASEAN-AUSTRÁLIA

05-07



LÍBANO
FÓRUM REGIONAL ÁRABE
SOBRE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

05-14



SUÉCIA
EXERCÍCIO NORDIC
RESPONSE

07-08



FRANÇA
FÓRUM GLOBAL DE
CIDADES

09



PAQUISTÃO
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

10



PORTUGAL
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

15-17



RÚSSIA
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

- **Essequibo à vista: atualizações sobre a disputa**
PARASKOVA, Tsevetana. [Exxon Looks to Tap Guyana's Gas Riches](#). Oil Price, 22 jan. 2024. Acesso em: 30 jan. 2024.
RIBBEIRO, Leonardo. [Disputa por Essequibo: Brasil avalia que Venezuela tem limitações na área militar](#). CNN Brasil, 30 jan. 2024. Acesso em: 31 jan. 2024.
 - **O Novo PAC e seus impactos para a Base Industrial de Defesa.**
BARROS, Marcelo. [Fragata "Tamandaré" e a Evolução da Defesa Marítima](#). Defesa Tv, 26 jan. 2024. Acesso em: 21 fev. 2024.
BRASIL. Ministério da Defesa. [Com novo PAC, Defesa investirá R\\$ 53 bilhões em tecnologias estratégicas que garantem a soberania nacional](#). Ministério da Defesa, 11 ago. 2023. Acesso em 24 fev. 2024.
 - **As novas parcerias transatlânticas dos Estados Unidos da América**
CHING, Nike. [Blinken Wraps Up Four-Nation Africa Tour, Commits to Ongoing Security, Economic Partnership](#). VOA News, 25 jan. 2024. Acesso em: 26 jan. 2024.
SHURKIN, Michael. [No more business as usual: The US needs a broader engagement strategy in West Africa](#). Atlantic Council, 06 fev. 2024. Acesso em: 20 fev. 2024.
 - **Estopins para a saída de Burkina Faso, Mali e Níger da CEDEAO**
[Mali, Burkina Faso and Niger quit ECOWAS](#). DW, 28 jan. 2024. Acesso em: 01 fev. 2024.
WONG, Vicky. [Ecowas: Niger, Mali and Burkina Faso quit West African bloc](#). BBC, 29 jan. 2024. Acesso em: 01 fev. 2024.
 - **Um olhar sob a Estratégia Indo-Pacífica francesa**
CALUPITAN, Joeal; GOMEZ, Jim. [France and Philippines eye a security pact to allow joint military combat exercises](#). Associated Press, 02 dez. 2023. Acesso em: 23 fev. 2024.
MAITEM, Jeffrey. [France to Join Balikatan Joint Military Exercise in the Philippines](#). Naval News, 10 fev. 2024. Acesso em: 23 fev. 2024.
 - **EUNAVFOR ASPIDES começa a atuar no Mar Vermelho**
[Security and freedom of navigation in the Red Sea: Council launches EUNAVFOR ASPIDES](#). Conselho da União Europeia, 19 fev. 2024. Acesso em: 19 fev. 2024.
UYSAL, Selin. [The EU's New Red Sea Naval Mission: Implications and Challenges](#). The Washington Institute for Near East Policy, 16 fev. 2024. Acesso em: 19 fev. 2024.
 - **A teia da crise migratória no Mediterrâneo e as tentativas de solução**
BERNARDES, Marina N. [Tráfico de migrantes e refugiados na Líbia e a ineficiência dos agentes internacionais no seu combate](#). PUC Minas Conjuntura, 29 set. 2017. Acesso em: 22 fev. 2024.
[Italian PM reveals "Mattei Plan" for African development ahead of Italy-Africa Summit](#). AfricaNews, 27 jan. 2024. Acesso em: 22 fev. 2024.
 - **Os novos desafios do downstream russo na encruzilhada euroasiática**
LEE, Julian & SHARMA, Rakesh. [Russia's crude oil delivery problems to India aren't over yet](#). The Economic Times, 20 fev. 2024. Acesso em: 24 fev. 2024.
VAKULENKO, Sergey. [The Final Countdown: Will Russia and Ukraine Renew Gas Transit Deal?](#) Carnegie Endowment for International Peace, 15 fev. 2024. Acesso em: 24 fev. 2024.
 - **Centralização e modernização: o novo comando operacional das Forças de Autodefesa do Japão.**
SHIMBUN, The Yomiuri. [Govt Plans to Establish 'Joint Operations Command' in SDF, Looks to Prepare for Challenges in 'Complex Security Environment'](#). The Yomiuri Shimbun, 10 fev. 2024. Acesso em: 18 fev. 2024.
PROSSER, Marc. [Japan's defense priorities outlined amid geopolitical tensions](#). Indo-Pacific Defense Forum, 20 fev. 2024. Acesso em: 20 fev. 2024.
 - **A Crescente Cooperação Índia-Rússia e seus desdobramentos estratégicos**
SHARMA, Kiran. [India and Russia inch closer to jointly producing weapons](#). Nikkei Asia, 27 dez. 2023. Acesso em: 29 jan. 2024
RAJAGOPALAN, Rajeswari Pillai. [India's Russia Defense Gambit](#). The Diplomat, 05 jan. 2024. Acesso em: 29 jan. 2024
 - **Cooperação Sino-Paquistanesa e o Tabuleiro da Ásia Meridional**
STANDISH, Reid. [Why China Is Closely Watching The Pakistani Elections](#). Radio Free Europe: Radio Liberty, 07 fev. 2024. Acesso em: 22 fev. 2024.
ZIWEN, Zhao. [China assures Pakistan of closer economic ties, support on efforts to defend 'territorial integrity'](#). The South China Morning Post, 23 jan. 2024. Acesso em: 22 fev. 2024.
 - **O avanço na fronteira estratégica: a quinta estação chinesa na Antártica**
HOGAN, Libby. [As China ramps up its presence in Antarctica, analysts say Australia is 'asleep at the wheel'](#). ABC News, 17 fev. 2024. Acesso em: 21 fev. 2024.
PROSSER, Marc. [Japan's defense priorities outlined amid geopolitical tensions](#). Indo-Pacific Defense Forum, 20 fev. 2024. Acesso em: 20 fev. 2024.
 - **Os riscos do uso da IA e avanços na sua regulamentação pela UE**
LAXMI, Bijay. [Global cyber threat escalates as state supported hackers harness ai for advanced attacks](#). BNN Breaking, 19 fev. 2024. Acesso em: 20 fev. 2024
[The EU Artificial Intelligence Act: Our 16 key takeaways](#). Stibbe, 13 fev. 2024. Acesso em: 20 fev. 2024.
- O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Kaike Mota

► ALTO RISCO:

- HAITI - Conflitos internos: [Caribbean leaders meet with Haiti's prime minister. Foreign force deployment is on the agenda.](#) **AP News**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- IÊMEN - Crise estrutural e regional: [US, UK bomb Houthi sites in Yemen amid surge in Red Sea ship attacks.](#) **Al Jazeera**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- ISRAEL - Conflito regional: [Israel Not Complying with World Court Order in Genocide Case.](#) **Human Rights Watch**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Israel strikes Lebanon's Baalbek for first time since start of Gaza war, security sources say.](#) **Reuters**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- MAR VERMELHO - Ataque a embarcações: [Red Sea: the Houthis launch an anti-ship missile against a US-flagged oil tanker.](#) **Agencia Nova**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- MIANMAR - Crise regional: [Six-day battle in central Myanmar kills 7 civilian.](#) **Radio Free Asia**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [31,000 Ukrainian troops killed since start of Russian invasion.](#) **Associated Press**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [Somalia-Turkey security deal to deter terrorism, piracy and Ethiopia's territorial designs.](#) **The North Africa Post**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- SUDÃO - Conflito interno: [Sudan authorities block cross-border aid to stricken Darfur.](#) **Arab News**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

► MÉDIO RISCO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Crise regional: [Armenia, Azerbaijan foreign ministers to meet in Berlin.](#) **ArmenPress**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- BELARUS - Crise regional: [Poland to tighten controls on Belarus border as Estonia warns of Russian threat to eastern Europe.](#) **Euronews**, 22 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [At least 15 killed in attack on Catholic church in Burkina Faso.](#) **Al Jazeera**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- EQUADOR - Crise sociopolítica: [Ecuador's failed attempt to follow El Salvador's model for prisons: Escapes and gang control continue.](#) **El País**, 24 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- GABÃO - Crise política: [Décentralisation au Gabon: un engagement de 28 ans en quête de réalisation.](#) **Gabon Review**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.
- GUINÉ - Conflito interno - **NOVO NO MAPA**: [Guinea's capital Conakry grinds to a halt as a general strike begins.](#) **France 24**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• IRÃ - Instabilidade regional: [Iran condemns US-UK strikes on Yemen, claims they aim to 'escalate tensions'](#). **Times of India**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• IRAQUE - Crise regional: [Iraq deploys forces on borders after Turkey intensified its shelling on the area](#). **India TV News**, 24 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• MALI - Crise sociopolítica: [ECOWAS lifts sanctions against Guinea and Mali](#). **Africa News**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• NÍGER - Crise sociopolítica: [West Africa's ECOWAS Bloc Lifts Sanctions on Junta-Led Niger](#). **Voa News**, 24 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan Met IMF Conditions for \\$1.2 Billion Loan, Report Says](#). **Bloomberg**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [Why Aid Groups Are Warning of New Humanitarian Crisis in Eastern DR Congo](#). **Voa News**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• SENEGAL - Conflito interno: [Senegalese Protest For and Against President Macky Sall](#). **Voa News**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• SÍRIA - Crise regional: [Two Hezbollah members killed in Israeli strike on Syria](#). **Arab News**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Venezuela's sudden policy change may stem from waning support for Maduro, sources say](#). **Reuters**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

► EM MONITORAMENTO:

• AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [The Silent Erosion of Afghanistan's Urban Middle Class: A Neglected Crisis](#). **The Diplomat**, 24 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• COREIA DO NORTE - Crise regional: [US and South Korea fly warplanes in interception drills after North Korea's missile tests](#). **AP News**, 23 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Mais de mil menores de idade são detidos durante estado de emergência em El Salvador](#). **Reuters**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• ETIÓPIA - Crises internas: [Ethiopia appeal launched as millions of children face starvation](#). **The Herald**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• GUIANA-VENEZUELA - Disputa regional: [Venezuela-Guyana Tensions Subside With Gestures to Ease the Crisis From Both Sides](#). **Latin America**, 22 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• ÍNDIA - Instabilidade social: [Manipur Police halts movement of transferred personnel 'in view of crisis'](#). **The Hindu**, 24 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• LÍBIA - Instabilidade sociopolítica: [Libya's oil guards shut oil fields over pay dispute](#). **Middle East Monitor**, 25 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Satellite images show barrier at entrance of disputed South China Sea atoll](#). **Reuters**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Mozambique's Crossroads: Considering a State of Emergency in Cabo Delgado Amidst Rising Terror](#). **BNN**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• NICARÁGUA - Instabilidade sociopolítica: [Daniel Ortega reaparece imitando el acento español y se burla de los opositores desterrados](#). **El País**, 23 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• NIGÉRIA - Crises internas: [Nigerians suffer along the border with Niger as economic sanctions bite](#). **Al Jazeera**, 26 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Instabilidade sociopolítica: [UN envoy calls for curb on illicit weapons in Central African Republic](#). **UN News**, 21 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: ['Disillusioned about China', more Chinese aim for US via risky Darien Gap](#). **Al Jazeera**, 22 fev. 2024. Acesso em: 22 fev. 2024.

• SÉRVIA E KOSOVO - Instabilidade regional: [Disinformation in the Serbian media causes panic among non-majority communities in Kosovo](#). **Kosova Press**, 24 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.

• TAIWAN - Disputas regionais: [A Deadly Incident at Sea Heightens China-Taiwan Tensions](#). **Stratfor**, 22 fev. 2024. Acesso em: 26 fev. 2024.